



A Conferência da Cidade: o planejamento urbano e a mídia em Cuiabá¹

Amli Paula Martins de Miranda²

Luiz da Rosa Garcia Netto³

Universidade Federal de Mato Grosso, Mato Grosso, MT

Resumo

O objetivo deste artigo é despertar a reflexão sobre como a mídia aborda a questão do planejamento urbano em Cuiabá. A intenção é sugerir debates e estudos sobre o nível do fluxo de informações sobre o assunto. E ainda, como essas informações podem atingir a todos os tipos de público, promover a inclusão social e a gestão participativa. A proposta é despertar para a necessidade de democratizar a informação e contribuir na consolidação das políticas de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: desenvolvimento regional; mídia; planejamento urbano; rede

Introdução

Com o passar do tempo, a tecnologia da informação mudou os conceitos de edição, diagramação e linguagem da mídia, procurando atrair leitores, espectadores e internautas de vários estratos sociais. Para isso, as editorias direcionam seus esforços na divulgação de novos produtos e serviços, travando disputas sobre quem chegará primeiro ao público-alvo. Nesse processo, o grau de elaboração, da análise e da crítica nas reportagens pode ser prejudicado.

O presente artigo busca despertar a reflexão sobre como a mídia cuiabana aborda e divulga as questões que envolvem o planejamento do território urbano. Para isso, o objeto de análise escolhido foi o material divulgado pela Assessoria de Comunicação da 4ª Conferência da Cidade de Cuiabá, realizada em novembro de 2009. A primeira parte do texto aborda os conceitos de crescimento, desenvolvimento e planejamento que, quando mal entendidos, causam confusão nos meios acadêmicos e, principalmente, entre leigos como os jornalistas.

Em seguida, o artigo, através do material cedido pelo Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano – IPDU – da Prefeitura de Cuiabá, discorre sobre a 4ª

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista. Mestranda do Curso de Geografia da UFMT. Integrante do GEEPI – Grupo de Estudos Estratégicos e Planejamento Integrado, email: paulamiranda.ufmt@gmail.com

³ Orientador do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFMT, email: urbanus@terra.com.br



Conferência, o objetivo do evento e o conceito de cidade-marketing e cidade corporativa. Depois, discute-se o conceito de rede na Geografia, em especial as redes de informação como a mídia e o papel delas como formadoras de opinião e divulgação da cultura e identidade das comunidades. A etapa seguinte do artigo avalia as matérias feitas sobre a 4ª Conferência e aborda as causas e conseqüências da má qualidade da informação que, diante dos interesses do poder hegemônico, exclui a população em geral, tirando sua voz ativa no processo de planejamento urbano e incentivando a sua omissão. Por isso, este trabalho busca alertar para a necessidade do intercâmbio entre jornalistas, geógrafos, arquitetos, urbanistas e comunidade, visando à qualidade de vida na rede urbana.

Desenvolvimento, crescimento e planejamento: a confusão entre os conceitos

Os conceitos de desenvolvimento, crescimento e planejamento são trabalhados habitualmente nos meios acadêmicos em várias disciplinas e costumam gerar confusão e até falta de consenso entre os estudiosos sobre o assunto. Quando esses conceitos são aplicados no cotidiano como, por exemplo, no trabalho da mídia, pode-se perceber que os jornalistas e articulistas confundem, principalmente, os dois primeiros.

Para o melhor entendimento, os textos de Andrade (1987) analisam os desníveis regionais, além de características dos pólos de desenvolvimento e crescimento, que foram apresentadas através da teoria de François Perroux, elaborada em 1955. Perroux, que define com propriedade esses conceitos, aborda os estudos sobre as diferenças no desenvolvimento entre as regiões, além de citar disciplinas e políticas que oferecem conhecimentos e bases técnicas para a elaboração de diagnósticos com a proposta de corrigir os desequilíbrios. Nesse contexto, Andrade (1987, p. 54-55) relata o

[...] surgimento na Inglaterra, logo após a conclusão da Segunda Guerra Mundial, da política intitulada “Town and Country Planning” e, na França, da política de “Aménagement du Territoire”. Disciplinas e políticas que utilizam conhecimentos anteriores de Geografia Regional, de Geografia Aplicada, de Sociologia Urbana e Rural, de Urbanismo, de Economia Geográfica, de Economia Regional e de Economia Humana.

O ponto de partida da política de *Aménagement du Territoire* é o chamado “diagnóstico geo-sócio-econômico” necessário para a criação de planos de incentivo ao crescimento e desenvolvimento regional. Através dele, é possível descobrir as distorções que impedem ou atrasam esse desenvolvimento. A etapa seguinte ao



diagnóstico é o incentivo à participação da população com a proposta de agilizar as ações do poder público.

O intercâmbio de idéias é essencial no desenvolvimento de todo o trabalho para a elaboração das políticas públicas necessárias para melhorar a qualidade de vida da população, que é um dos agentes sociais que precisam compreender e absorver todas as etapas do projeto. Nesse contexto, o poder do conhecimento e da informação está profundamente relacionado com o conceito de desenvolvimento, que pode ser definido como o processo de ampliação da capacidade de os indivíduos terem opções, fazerem escolhas. Assim, as comunidades podem compreender os fatores materiais e os indicadores econômicos que também abrangem os projetos. Ou seja, a ampliação do horizonte social e cultural da vida das pessoas aliadas à cooperação e solidariedade entre os membros da sociedade são cruciais para o desenvolvimento ocorrer. Desenvolvimento envolve o saber, a educação de um povo.

Já quando se aborda o conceito de crescimento, ele seria um meio e um fim para atingir o desenvolvimento. Crescimento é associado ao poder econômico. A discussão engloba questões, entre outras da área econômica, como hábitos de consumo e renda *per capita*. Mesmo assim, crescimento não é condição única para promover o desenvolvimento, mas é necessário para as políticas públicas de superação da pobreza e geração de emprego e renda. O crescimento econômico não pode ser associado automaticamente ao desenvolvimento social e cultural.

Para destacar as diferenças entre crescimento e desenvolvimento, a Teoria de Perroux, uma das mais utilizadas e estudadas no meio acadêmico, enfatiza a força motriz capaz de influenciar as mudanças econômicas. Perroux desenvolve a Teoria dos Pólos de Crescimento, mostrando que a força motriz, uma indústria dentro de um sistema regional, é o pólo propulsor do desenvolvimento. Ela é uma das teorias que servem de base para as políticas econômicas e sociais vigentes. Foi elaborada em 1955 quando François Perroux estudou a concentração industrial na França, em torno de Paris, e na Alemanha, ao longo do Vale do Ruhr. Segundo o autor, o desenvolvimento regional está sempre ligado ao pólo que detém essa força propulsora. Para reforçar as reflexões teóricas sobre esses conceitos, segundo Perroux apud Almeida (1997, p. 59-60), comparando o significado dos termos relata que

[...] o pólo de desenvolvimento não se identifica com o de desenvolvimento. [...] o desenvolvimento é a combinação de mudanças sociais e mentais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e de forma durável seu produto real,



global. [...] O crescimento, porém, existe quando há aumento do produto global e, conseqüentemente, da renda *per capita*.

Já o desenvolvimento regional deve ser entendido como uma especificação do conceito de desenvolvimento. Lembra a necessidade do planejamento para o equilíbrio racional na utilização e dinamização de um território. Os objetivos fundamentais do desenvolvimento regional se traduzem no combate aos desníveis regionais; aproveitamento dos recursos e potencialidades das regiões; promoção do ordenamento do território; e, finalmente, a garantia da participação dos cidadãos na resolução dos problemas regionais. Nesse contexto, como ressalta a Tese de Doutorado de Almeida (2005, p. 209), “o desenvolvimento regional proposto pelo plano regional deve ser o resultado da capacidade de organização dos atores sociais”.

Só que relacionar e equilibrar objetivos de todos os atores sociais é um dos maiores obstáculos para a concretização de mudanças que possam, pelo menos, minimizar os desníveis regionais e incentivar a igualdade social. Os atores sociais, chamados também de agentes sociais, segundo Corrêa (2005, p.12), “fazem e refazem a cidade através de estratégias e ações concretas” que procuram atender aos interesses de cada um. São eles: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos. Esse jogo de interesses torna complicada toda a elaboração das políticas de desenvolvimento implementadas pelos órgãos de planejamento urbano nas esferas federal, estadual e municipal

O conceito de planejamento entra nesse debate, pois busca a racionalização de idéias com o objetivo de modernizar a vida social para crescer e desenvolver. Através do planejamento determinam-se regras, normas e ações, que podem ser indesejáveis ou não para os atores sociais. O conceito surgiu como uma resposta aos problemas enfrentados pelas cidades, tanto aqueles não resolvidos pelo urbanismo moderno quanto aqueles causados por ele.

O planejamento é a definição de um futuro desejado e de todas as providências para que ele se torne real. A expressão “planejamento urbano” vem da Inglaterra e dos Estados Unidos, e marca uma mudança na forma de encarar a cidade e seus problemas. É um instrumento que viabiliza a ordenação territorial. Segundo Cabo (1997, p. 27),

o planejamento regional tem como ponto de partida a disponibilidade de recursos da região; as possibilidades produtivas; o estado da técnica e da estrutura institucional do sistema; e as possibilidades sociais: eleições individuais, decisões governamentais e distribuição espacial.



Entre os princípios básicos do planejamento regional, Cabo (1997) cita o uso racional dos recursos naturais da área em questão. Diante disso, o autor alerta para a necessidade em estabelecer regras para o uso racional e sustentável desses recursos. A planificação abrange ainda o estudo da estrutura físico-geográfica, condições sociais, fatores econômicos, políticos e históricos da área. A participação das comunidades através de discussões públicas é abordada. O trabalho segue as etapas de elaboração de planos, formulação do diagnóstico e definição das tendências e perspectivas para o planejamento. Durante todo o processo, a equipe deve estar aberta a mudanças no projeto de ordenamento do território, mas estas discussões e futuras decisões sobre o futuro de uma cidade, como já foi citado neste artigo, leva em conta um jogo de interesses que, nem sempre, interessam a população que, cada vez mais, se decepciona com a falta de iniciativa do poder público, que segue a lógica da acumulação acima de tudo.

A Conferência da Cidade de Cuiabá: a cidade “marketing”?

A 4ª Conferência da Cidade de Cuiabá³ foi realizada nos dias 17 e 18 de novembro de 2009, promovida pela Prefeitura, através do Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (IPDU). Foi concebida como um evento aberto à participação popular que buscou discutir questões relacionadas ao desenvolvimento, mobilidade urbana, aplicação do Estatuto da Cidade e Plano Diretor. O lema escolhido foi “Cidade para todos com gestão democrática, participativa e controle social” e o tema central foi “Avanços, Dificuldades e Desafios na Implementação da Política de Desenvolvimento Urbano”. Durante a realização do evento, foi produzido um relatório com todas as questões debatidas e aprovadas. O documento foi encaminhado ao Prefeito de Cuiabá, Wilson Santos para futuras discussões entre o poder público e a sociedade.

A realização da 4ª Conferência da Cidade de Cuiabá segue a tendência de mudança no processo de administração das cidades. O Ministério das Cidades recomenda que os processos em andamento de elaboração dos Planos Diretores Participativos, de acordo com as diretrizes do Estatuto da Cidade, sejam concluídos para atender a função social da cidade e da propriedade.

³ As informações sobre a 4ª Conferência da Cidade de Cuiabá foram enviadas pela Assessoria de Comunicação do Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano – IPDU- a todos os órgãos de imprensa de Mato Grosso e cedidas para serem usadas na íntegra neste artigo.



O Plano Diretor é o instrumento que reúne as diretrizes para o desenvolvimento do município e as estratégias de ocupação do território municipal, especialmente o urbano, com base na compreensão das funções econômicas, das características ambientais, sociais e territoriais do município, assim como de sua região de influência.

Para ressaltar o objetivo proposto pela 4^a Conferência para o planejamento urbano de Cuiabá, pode-se citar Dowbor (1996) apud Sposito (2001) que destaca três itens para o processo: descentralização, papel mobilizador da administração local e organização dos atores sociais. O plano implícito nesses três itens é “incentivar” a participação de todos nos destinos da cidade, que seria feita “para todos”. Por outro lado, em tempos de disparidades culturais e econômicas quando o espaço urbano mostra um quadro social instável, esse trabalho se torna quase impossível. No cenário da política neoliberal com a redução dos salários, aumento do desemprego e as altas taxas de juros em vigor no Brasil, piora a desestruturação dos serviços básicos para a população. As políticas sociais são relegadas a um segundo plano.

Santos (1998) lembra que todas as cidades têm problemas parecidos como saúde, segurança, transportes, habitação, água, esgotos e educação, agravados diante de recursos públicos mal geridos. Cada governo lança sua plataforma de projetos e descarta continuar trabalhos bem sucedidos dos governos anteriores, criando os chamados projetos “tapa-buraco” na solução de problemas imediatos. Nesse contexto, o Estado perde seu poder normativo e decisório por estar “preso” aos interesses do sistema econômico dentro da lógica capitalista de acumulação. Através de processos e planos como descentralização, terceirização, flexibilização e privatização, o Estado usa essa retórica oficial para colocar suas verdadeiras responsabilidades de lado e acaba perdendo credibilidade junto à população.

O que agrava esses problemas é que, dentro das tendências recentes da administração pública, a cidade deve ser gerida como uma empresa, onde os gestores são os colaboradores e a população tratada como cliente. A cidade-empresa prega a política de incentivos fiscais para atrair mais capital e a parceria público-privada na execução de projetos, fortalecendo, na verdade, o próprio setor privado. Os investimentos e políticas de desenvolvimento dependem de financiamentos externos. Instituições como o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD - determinam condições e pré-requisitos para a negociação destes financiamentos e, nem sempre, os critérios são justos. Nessa onda da cidade - empresa, situação que Santos (1998) define como urbanização corporativa, a cidade

funciona sob o comando das grandes empresas. Os recursos públicos são orientados para os investimentos econômicos e os gastos sociais são varridos para baixo do tapete.

Quando refletimos sobre o papel da 4ª Conferência sob esse prisma, as empresas têm papel principal no processo político, pois elas financiam campanhas políticas e ajudam a abertura de linhas de crédito para os projetos urbanos em pauta. Santos (1998) acredita que o Estado acaba aderindo aos interesses dessas corporações, suprimindo a cidadania, eliminando o debate entre os representantes dos bairros. Todos os questionamentos a serem debatidos dois dias da 4ª Conferência foram trazidos “prontos” do Ministério das Cidades, sem levar em conta as particularidades de cada região. Ou seja: as propostas a serem levadas para as conferências estadual e nacional acabam sendo modelos prontos e sem personalidade.

Nessa situação, o papel da mídia é questionado e citado nos textos do livro de Sposito (2001). Na maioria das vezes, o trabalho da imprensa é relegado a um mero repassador da imagem da cidade feita pelo Estado, que também divide os interesses com a iniciativa privada. De acordo com a reflexão de Sanchez e Harvey apud Moura (2001, p.347):

A produção da imagem urbana apoiada nas técnicas do city marketing, além de promover o poder atrativo da cidade se volta a criar uma “solidariedade social”, um “orgulho cívico”, uma “lealdade” e uma “identidade local” [...], o que permite a abertura de uma gama de mecanismos de controle social. A constituição de imagens-marca da cidade, filtradas através dos mecanismos da mídia, enfatiza uma positividade do espaço [...], criando a cidade-espetáculo [...]. A vendagem, pela mídia, da idéia de cidade próspera, [...] apenas faz com que a imagem triunfe sobre a matéria [...]

As redes de informação

Para a análise da visão da mídia sobre a questão do planejamento urbano, será trabalhado o conceito de rede, um dos mais importantes da Geografia e que também faz parte de estudos interdisciplinares na área da Comunicação Social. A rede é um conceito aplicado em pesquisas geográficas que envolvem a estrutura urbana de um país, a compreensão do funcionamento das redes de tráfico de drogas e até a acessibilidade da internet. Como coloca Corrêa (1989, p.5), “no bojo do processo de urbanização, a rede urbana passou a ser o meio através do qual a produção, circulação e consumo se realizam efetivamente”. A mídia é parte integrante das redes de informação.

Haesbaert (2006) coloca que as redes interligam o mundo, mas elas não têm a capacidade de ocupar todo o espaço. As redes são formadas por fluxos e pontos fixos e,



entre eles, existem fendas que podem ser usadas para que outras formas de organização espacial se constituam. A mídia pode ser usada, de forma positiva, para preencher essas fendas, esses espaços vazios e fazer a ligação entre eles. Segundo Raffestin (1993, p.204) apud Oliveira (2008, p. 26),

a rede aparece [...] como fios seguros de uma rede flexível que pode se moldar conforme as situações concretas e, por isso mesmo, se deformar para melhor reter. A rede [...] se adapta as variações no espaço e as mudanças que advém do tempo.

O trabalho da mídia favorece a base material para a expansão das redes em toda a estrutura social e essa rede de informação, citando novamente Raffestin (1993) “é um instrumento de poder”. Segundo Castells (1999), rede é um conjunto de nós interconectados e nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Os nós das redes podem ser representados por vários elementos do espaço como os centros urbanos, bolsas de valores, bancos e a imprensa, que abrange revistas jornais, sistemas de televisão, blogs jornalísticos e sites de notícias. Através desses nós, se estabelece uma ligação de fluxos de pessoas, mercadorias, serviços. No caso da imprensa, o fluxo de informações é primordial para dinamizar os outros fluxos.

Castells (1999, p.493) ressalta que a nova tecnologia da informação, onde a mídia está envolvida, interage com os processos de transformação da sociedade. Isso é importante quando refletimos sobre a questão urbana e a gestão das cidades. O autor define que as cidades não são definidas pelo tamanho mas,

são os nós da economia global e concentram tudo isto: as funções superiores direcionais, produtivas, administrativas de todo o planeta; o controle da mídia; a verdadeira política do poder; e a capacidade simbólica de criar e difundir mensagens.

O mundo globalizado é onde as questões sobre tempo e espaço são cada vez mais relativas. A velocidade da informação supera fronteiras e determina o que é considerado relevante em um determinado momento. Conforme Santos (2000, p.106), temos um espaço de fluxos “constituído por redes – um sistema reticular -, exigente de fluidez e sequioso de velocidade”. O autor enfatiza a superioridade do corporativismo sobre as questões políticas, em especial as políticas públicas. Ou seja: tudo depende dos interesses econômicos. Sendo assim, Santos (2000, p. 35) argumenta que “tirania do dinheiro e tirania da informação são os pilares da produção da história atual do capitalismo globalizado”.

O fato inclui os critérios utilizados pelas empresas de comunicação para selecionar as notícias, que esbarram no interesse em conquistar o maior número de



pessoas. As reportagens são direcionadas para o sensacionalismo, o ineditismo, obedecendo aos interesses da linha editorial do veículo que depende dos anunciantes (grandes empresas e poder público) para sua sobrevivência. Assim, muitas vezes, as reportagens perdem o cunho informativo. É indiscutível o poder do jornalismo na divulgação dos estudos e idéias sobre o planejamento urbano. Mas a questão não é apenas divulgar, é preciso usar os meios de comunicação para promover e incentivar a população no sentido de ela buscar o melhor para o desenvolvimento regional.

A mídia é reconhecidamente multidisciplinar. Diante da própria segmentação das editorias de acordo com o assunto como economia, política, esportes, cidade e cultura, os jornalistas têm a obrigação de conhecer sobre o material que será trabalhado. No caso do planejamento urbano, tem a função de informar e estimular nossa percepção e análise sobre a transformação do espaço das cidades.

A visão crítica da mídia

Castells (1999) acredita que a revolução tecnológica, centrada nas tecnologias da informação, remodela as bases sociais. A mídia tem esse poder, mas se perde por conta da própria crise nas empresas de comunicação e diante dos interesses das empresas e instituições que pagam os anúncios que sustentam todo o sistema. O questionamento é baseado em como a mídia poderia ter uma ação isenta nesse contexto, mas a imprensa seleciona informações e cria uma cartografia subjetiva da cidade. Musse (2007, p.7) opina que “o jornal divide a cidade e a classifica de acordo com juízos de valor”, embora as palavras oficiais sejam isenção e imparcialidade. Conforme Noblat (2003, p. 15), “os leitores acham que o cardápio de assuntos dos jornais está mais de acordo com o gosto dos jornalistas do que com o gosto deles”. Os jornalistas, por outro lado, “se comportam como se soubessem, mais do que os leitores, o que estes querem, têm a obrigação de querer ou devem deixar de querer”.

Nas vinte e sete reportagens⁴ coletadas e arquivadas pela Assessoria de Comunicação do Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano – IPDU- da Prefeitura de Cuiabá sobre a 4ª Conferência da Cidade de Cuiabá, vemos que a imprensa local limitou-se a reportar o fato como foi passado pelo poder público. Os textos eram praticamente iguais uns aos outros, divulgando apenas material enviado pela Assessoria

⁴ As reportagens e informações podem ser acessadas no *site* da Prefeitura de Cuiabá, cujo endereço está nas Referências deste artigo.



de Comunicação do evento sobre as inscrições, o local e o tema do evento. Apenas duas matérias abordaram a participação dos representantes da comunidade nos debates do evento. A primeira do *site* www.jusbrasil.com.br que veicula notícias jurídicas e políticas. A matéria noticiou a participação do presidente da Federação Mato-Grossense das Associações de Moradores de Bairros (Femab), Walter Arruda, e do presidente da União Cuiabana de Moradores de Bairros (Ucamb), Valmir Cardoso nos debates sobre gestão participativa e controle social.

A segunda do jornal O Documento (www.odocumento.com.br), que publica reportagens de várias editorias, como Cidades, Esportes, Nacional, Internacional, Economia e Política, relatou a aprovação das propostas para as conferências nacional e estadual e as opiniões de alguns dos representantes das comunidades. Mesmo assim, o conteúdo dos textos era vago e sem avaliações consistentes sobre a 4ª Conferência.

Paiva (2002, p.38) acredita que o jornalismo atual tem a responsabilidade de propiciar um sentimento de espaço público por onde circulem as falas e contradições, mas os fatos reais são excluídos do noticiário. Segundo o autor, “seria preciso que os jornais se lessem criticamente e fossem capazes de interpretar e não apenas reproduzir as falas das fontes informativas”.

Os cadernos de Cidades tratam de um espaço desenhado e construído no gabinete do prefeito. Existe um descolamento agudo entre a cidade real - essa dos carros, das bicicletas, dos buracos, da gente comum - e da cidade imaginária dos jornalistas. O ponto de origem dessa separação está no fato de que, nem literal nem figurativamente, os jornalistas "estão na rua". Com a grande quantidade de pautas para cumprir todos os dias, se torna mais fácil fazer as entrevistas ao telefone ou usando e-mails e ferramentas de busca na internet. Isso limita a visão crítica da imprensa sobre o que acontece no cotidiano. Alguns jornalistas se tornam meros observadores burocráticos do fato.

A reconciliação do jornalismo com a cidade passa pela sensibilidade em contemplar os espaços urbanos na sua totalidade e complexidade, e os cidadãos em sua vasta multiplicidade. Mas alguns jornalistas preferem falar das regiões centrais, dos automóveis, dos pequenos buracos nas ruas das cidades imaginárias. Do outro lado e nas bordas, a cidade real pulsa, ainda. Canclini apud Bucci (2000, p.193) alerta que

Homens e mulheres percebem que muitas das perguntas próprias dos cidadãos – a que lugar pertença e que direitos isso me dá, como posso me informar, quem representa meus interesses – recebem suas respostas mais através do consumo privado de bens e dos meios de



comunicação de massa do que das regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos.

Por outro lado, se deve separar “o joio do trigo”, como se cita em ditado popular. Nem todos os jornalistas seguem as regras dos poderes hegemônicos e a lógica da acumulação. No meio da rede, existem fluxos de informação que buscam a parceria da comunidade na divulgação do real no território urbano. Um exemplo é o jornalismo participativo que proporciona maior interação entre emissores (redações de veículos de comunicação) e receptores (população em geral). Nesse contexto, os cidadãos podem se transformar em redes de informadores conectadas aos profissionais de comunicação, fazendo com que a comunidade tenha níveis variados de entendimento sobre, no caso estudado neste artigo, o planejamento urbano.

O desenvolvimento das tecnologias das redes de informação contribuiu para o incentivo à interação maior entre jornalistas e cidadãos, mesmo com as dificuldades dos repórteres no exercício da profissão. Os *blogs* jornalísticos estão entre os exemplos dessa relação mais estreita entre emissores e receptores. Como os *blogs* têm uma linguagem mais informal, eles fazem um trabalho de observação da realidade mais crítico e apurado e com a participação da comunidade em geral através dos comentários sobre cada texto divulgado. Moretzsohn apud Pinheiro (2009, p. 9) define o jornalismo colaborativo como

o ato do cidadão de desempenhar um papel ativo no processo de coleta de informações com o objetivo de garantir a notícia independente, confiável e precisa. A checagem da veracidade das informações [...] é realizada de forma freqüente, uma vez que a comunidade virtual está empenhada na busca pela verdade.

O jornalista, nesse contexto, tem o dever e a função de apurar e divulgar a notícia de forma responsável. A parceria entre comunidade, jornalismo, incluindo o poder público é positiva quando ocorre a transmissão e checagem constante das informações. O intercâmbio de idéias entre todos torna possível a maior percepção sobre a situação das cidades e o que fazer para melhorar. Afinal, em plena globalização, todos são emissores e receptores de informações.

Os excluídos

No mundo capitalista em constantes transformações, a informação assume um caráter despótico. Quando deveria transmitir e incentivar o conhecimento, na verdade, busca atender aos interesses do poder hegemônico. Santos (2000, p.38) coloca essa questão claramente quando disserta sobre a “violência da informação”. Ela acontece



quando as técnicas, que são dominadas pelo Estado e pelas empresas, acabam acelerando as desigualdades sociais e formam os grupos de excluídos. “O que é transmitido é manipulado” porque a mídia nos dá o fato já interpretado e não o fato em si.

Haesbaert (2008, p.166) estuda a questão dos excluídos quando cita em seu capítulo na obra *Geografia: Conceitos e Temas* a “modernização arrasadora”, que padroniza os espaços de acordo com o modelo dominante. É reconhecido que os poderes hegemônicos constroem as redes urbanas conforme seus interesses Segundo o autor citado, no espaço dominado

[...] a velocidade atroz das novas tecnologias transforma num ritmo alucinante a paisagem [...]. Mas este mesmo processo que, por um lado, produz redes que conectam os capitalistas com as bolsas mais importantes do mundo e aceleram a circulação da elite planetária, por outro gera uma massa de despossuídos sem as menores condições de acesso a essas redes e sem a menor autonomia para definir seus “circuitos de vida”.

Quanto à análise sobre a realização da 4ª Conferência da Cidade de Cuiabá, se pode constatar que todas as informações divulgadas na mídia sobre o assunto foram as repassadas pelos representantes oficiais. Os que não têm acesso ao fato puro e as técnicas necessárias para ter o acesso ao real ficam de fora. Ao fazer uma reflexão sobre o acesso da comunidade às informações da mídia, se pode usar como exemplo a internet. De acordo com informações do *site Internet World Stats*⁵, que mantém atualizados os dados mundiais sobre o acesso da população mundial à rede, do total da população brasileira estimada em 198.739.69 milhões de habitantes em 2009, existem 67.510.400 milhões de usuários da internet. Ou seja: 34% da população tem acesso à internet. Por outro lado, o Brasil melhorou bastante nesse sentido em relação a países como, por exemplo, a Nicarágua que registra apenas 3,1%. O *site* cita ainda um crescimento de 1.250,2% no número de usuários no período de 2000 a 2009 no Brasil. O incremento é significativo, mas ainda é muito pouco se os dados forem comparados aos dos Estados Unidos onde 74% da população tem acesso à rede mundial de computadores. Esses números mostram que a questão do acesso à informação é problemática e relativa.

⁵ O endereço do *site* está nas Referências deste artigo e é considerado uma das maiores fontes de pesquisa de estatísticas sobre a rede.



Informação é poder, mas não apenas no sentido de criar lideranças e sim também de oferecer opções para a população. É o caminho para se ter as bases de fazer escolhas, de saber nossos direitos e deveres, de opinar sobre o futuro de nosso país, de nossa cidade.

As informações do jornalismo participativo reivindicam melhorias dos serviços básicos necessários para manter a cidade. Os jornalistas buscam ajudar, mas a comunidade pode se mostrar omissa diante dos problemas. Essa questão foi referendada pelo prefeito de Cuiabá Wilson Santos durante explanação na abertura da 4ª Conferência. As causas da omissão e a alienação da comunidade diante da possibilidade de fazer valer seus direitos podem ter suas raízes no processo lógico de acumulação capitalista. Afinal, o crescimento do desemprego, a concentração de renda nas mãos de poucos e a perda do poder aquisitivo da classe média são alguns exemplos que aumentam as carências da comunidade nas questões da saúde, segurança, educação e alimentação. As conseqüências podem ser devastadoras. Peruzzo (1989) apud Sequeira (2006) afirma que:

o povo não é convocado para participar no planejamento ou na tomada de decisões de seu país, ele só participa como contribuinte, por meio do pagamento dos vários impostos, que lhe são impingidos. No projeto atual de desenvolvimento do país, o homem é excluído, não participa do planejamento, nem da tomada de decisões e não é suficientemente informado [...].

Como ressalta Santos (2000), nesse sentido, o conhecimento é uma ferramenta primordial para mudar o mundo. As bases técnicas, como as tecnologias da informação, são usadas para excluir, mas também para difundir conhecimento. A comunidade excluída deve, com a parceria e a ajuda dos veículos de informação, participar de todo o processo. Santos (2000, p.144) define os excluídos como “os de baixo” que podem usar o poder da coletividade para ter acesso à informação real.

Considerações Finais

Precisa-se com urgência repensar todo nosso modelo político de gestão no planejamento urbano e na ocupação do solo. É quase impossível ter um Plano Diretor feito a cada mudança de prefeito, que só visa atender anseios do mercado. O planejamento urbano e a ocupação do solo são temas a serem pensados e solucionados por uma equipe de especialistas, que deixem de lado ambições políticas e meras questões especulativas de mercado.



Geógrafos, arquitetos, urbanistas, engenheiros, ambientalistas, advogados e jornalistas, profissionais de várias áreas do conhecimento, com a ativa participação da comunidade, cada um com sua visão sobre os problemas da cidade, podem compor grupos de estudos, pesquisar e determinar o que pode e o que não pode ser feito. Essa articulação é essencial na formulação das políticas públicas para o desenvolvimento regional.

A mídia tem um papel importante nesse contexto, oferecendo subsídios para que os agentes sociais, em especial a população, tenham acesso ao conteúdo verdadeiro dos projetos urbanos.

Este artigo descarta apontar culpados, mas alertar que a cidade corporativa acaba esquecendo-se de seus habitantes. O olhar da imprensa pode complementar o olhar geográfico, participando e divulgando todas essas transformações na rede urbana de um mundo globalizado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CABO, Arturo Rua de. Planejamento Regional: conceitos e modelos do ordenamento territorial. In: CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. et al. (org.). **Desenvolvimento Sustentável e Planejamento: bases teóricas e conceituais**. Fortaleza: UFC – Empresa Universitária, 1997. p. 27-35.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede** (A Era da Informação, Economia, Sociedade e Cultura, v.1). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4.ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.

_____. **A Rede Urbana**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

DIAS, Leila Christina. Redes: Emergência e Organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e Temas**. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 141-162

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: Entre as Redes e os Aglomerados de Exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e Temas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.p. 165-205

_____. **Territórios Alternativos**. 2.ed.São Paulo: Contexto, 2006.

INTERNET WORLD STATS. Disponível em: < <http://www.internetworldstats.com>>. Acesso em: 18 fev. 2010.



MOURA, Rosa. Gestão desarticulada: políticas urbanas em tempos de ajuste estrutural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [s. n.], 2001. p.331-353.

MUSSE, Christina Ferraz. A imprensa e as novas cartografias urbanas. In: XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2007, Santos. **Anais**. Santos: Intercom, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0810-1.pdf>>. Acesso em 31 jan. 2010.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2003.

OLIVEIRA, Agda da Luz. et al. Discussão teórica sobre o conceito de rede urbana.+ **Geografia's**, Feira de Santana, n.1., p.25-29 maio/nov 2008.

PAIVA, Raquel (org.). **Ética, Cidadania e Imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

PINHEIRO, Guilherme. O Cidadão-Repórter e o Papel do Jornalista Profissional através do Jornalismo Participativo. In: XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2009, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: Intercom, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0289-1.pdf>>. Acesso em 24 fev. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ. **Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - IPDU**. Disponível em: <<http://www.cuiaba.mt.gov.br/orgaos/ipdu/index.jsp>>. Acessado em: 3 fev. 2010.

RIVERA, Márcia S. P. **Cuiabá: Um nó na rede**. 2006. 159p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 4.ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998.

_____. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEQUEIRA, Cleofe; BICUDO, Francisco. **Jornalismo Comunitário: importância, conceitos e desafios contemporâneos**. Campinas, n.405, 2006. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=405DAC004>>. Acessado em: 24 fev. 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [S. n.], 2001. P.282-356.